

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa SEMANAL

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	
		E. ESPECIAL	16.JUL.1979

Discursar sobre o molhado

A entrevista-alocação da Primeira-Ministra, Maria de Lurdes Pintassilgo, na passada segunda-feira, através da RTP, matou-a a morte de Agostinho Neto, forçosa presença de primeira página nos jornais do dia seguinte.

Um facto de política externa reflectia-se no panorama político nacional. Mas deve-se perguntar se será apenas ou principalmente essa a justificação do escasso impacto do discurso da Primeira-Ministra, ou se podemos encontrar na vida política interna razões suficientes para a repercussão moderada.

Na quarta-feira, o Presidente da República discursava através da TV, mas ninguém lhe deu importância e ninguém classificou de importante e cujos ecos se atenuaram mais depressa do que é hábito. Porquê? O facto externo do dia antes ou a situação interior?

A intervenção de Maria de Lurdes Pintassilgo poderia ser lida a dois níveis. Um primeiro, emocional (quando a Primeira-Ministra se diz angustiada com o aumento dos preços, indignada com o drama dos pensionistas, esperançada nos contactos directos a manter pelo País) foi

certamente prejudicado pela mais emotiva questão da morte do presidente angolano. Mas o outro, o aspecto político, o de discorrer sobre o custo de vida após a subida do mesmo, quanto a esse deve-se legitimamente perguntar se não estaria definitivamente afectado pelo facto do

aumento de preços, que já vinha de véspera. E quanto ao futuro, politicamente, Maria de Lurdes Pintassilgo disse nada ou muito pouco.

● Na quarta-feira, perante as câmaras da RTP, o Presidente da República comentou a "nova fase da nossa vida política", aberta pela dissolução da Assembleia da República. Mas mais que um exame da nova fase, o discurso do Presidente vem resumir, ordenar e definir as fases de um passado próximo, sobre o qual todas as forças políticas parecem já ter decidido. O I Governo minoritário, o II Governo de dois partidos, os governos de independentes de iniciativa presidencial, são os passos (e outros tantos insucessos) que Eanes vem lembrar como causas das eleições intercalares.

Mas destas que resultará? "Outro quadro parlamentar" ou "se esse novo quadro parlamen-

tar for idêntico ao de 1976", a confiança nos resultados "da experiência que acumulámos".

Mas a que conduz esta experiência? A governos de base partidária, tomados possíveis pela reflexão, dentro da "flexibilidade e responsabilidade patrióticas" das direcções? A governos de iniciativa presidencial? Ou a um projecto presidencialista que Eanes expressamente recusa?

"As eleições", diz Ramalho Eanes "são uma indicação clara do meio de que os portugueses se podem servir para mostrar o que querem ver realizado". Mas para tal é necessário, no entanto, "assegurar que as eleições e o processo que as antecede sejam esclarecedoras".

Ora a questão é que, se das eleições não resultarem modificações claras, todas as incógnitas de hoje permanecem.

Talvez seja um convite e talvez seja apenas uma constatação.

José Mendonça